

# “Será difícil evitar recessão”

por Patrícia Sabóia  
do Rio

“Vai ser difícil evitar recessão maior, ano que vem”, caso continue a ser posta em prática a política de controle dos empréstimos bancários. E a inflação não cairá, enquanto não forem suprimidos os subsídios que arrastariam, atrás deles, as taxas de juros. Mudar o ministro Delfim é a solução? “O Delfim é muito bom, difícil encontrar alguém tão competente. A política é que tem de ser mudada, e o próprio Delfim reconhece isto”, contrapôs ontem o ex-ministro Octavio Gouvêa de Bulhões, aplicador de uma estratégia, à época do presidente Castello Branco, elogiada esta semana por seu colega Mário Henrique Simonsen.

Bulhões, que leu de pé um “paper” de oito páginas sobre o quadro atual da economia para os empresários da construção civil, citou o déficit das estatais como uma das causas geradoras da inflação, acentuando que a estimativa para este ano é de Cr\$ 2,9 trilhões, aí incluídos investimentos de Cr\$ 2,6 trilhões: “Excluídos os investimentos, o déficit cai para Cr\$ 317 bilhões. Por seu turno, os investimentos contam com operações de crédito no valor de Cr\$ 2,1 trilhões. Há uma deficiência de recursos destinados aos investimentos de Cr\$ 538 bilhões, que adicionada ao déficit de Cr\$ 317 bilhões perfaz um total de Cr\$ 855 bilhões de desequilíbrio financeiro”.

## OS SUBSÍDIOS PESAM MAIS

Apesar deste quadro, não são as estatais que pesam mais na realimentação da inflação, pois os recursos destinados aos subsídios são ainda “superiores”, frisa o ex-ministro da Fazenda: “Ao menos em 1981 o acréscimo dos empréstimos subsidiados foi da ordem de Cr\$ 1,2 trilhão”. Mas, se, de um lado, os subsídios representam “parcela substancial de nossa inflação”, de outro, ele acredita ser a “mais simples” de ser extinta.

Seu argumento é de que a inflação derivada do excesso de investimentos é mais difícil de ser eliminada por provocar recessão e desemprego; quando vem da Previdência Social, é penosa por exigir aumento de contribuições e diminuição de benefícios; quando vem do subsídio ao consumo, eliminá-la significa aumentar, ostensivamente, as

despesas para os consumidores.

## “A INFLAÇÃO ESTÁ EM BUTIDA NOS JUROS”

A receita de Bulhões é clara, e ele mostra “onde temos falhado: em não observar que a taxa da inflação se acha embutida na taxa de juros. Suprimidos os subsídios, e portanto mantida a expansão monetária em proporções normais, a taxa da inflação cairá rapidamente e, conseqüentemente, a taxa de juros descenderá àquela da atual taxa de juros subsidiados”.

Ele disse já ter mostrado ao governo e aos agricultores, várias vezes, que estão “incorrendo em ilusão”. A manutenção do crédito subsidiado, via sucessivas expansões da base monetária, o que significa um financiamento inflacionário, faz com que a taxa de inflação se incorpore à taxa de juros. “O mal do suposto benefício à agricultura”, acentuou, “faz-se sentir sobre toda a economia do País, inclusive no plano habitacional, onde os mutuários deveriam pagar seus débitos sem surpresas desagradáveis.”

Bulhões acha que a única saída é a eliminação inte-



Octavio Bulhões

gral do subsídio, sem qualquer previsão de aumento da base monetária, ao contrário do “erro que vem sendo cometido, de pretender eliminá-lo mediante o aumento gradativo da correção monetária”. Em vez de uma correção de 30%, exemplificou, adotou-se uma correção de 40%, embutida na taxa de juros de 45% cobrada ao agricultor: “Por este caminho acabaríamos eliminando o subsídio quando a taxa de juros equivallesse à do mercado, mas provocaríamos enorme descontentamento e a expectativa da eliminação da inflação seria de ação mais remota”.